

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia



Heitor Mobílio de Pádua Melo

Inflação: uma abordagem sob a perspectiva da Macroeconomia Pós-Keynesiana.

Campinas, 2016

RESUMO

A discussão econômica sobre inflação é recorrente não só em debates acadêmicos, mas também em noticiários econômicos do mundo todo, apesar de ser um fenômeno evidenciado geralmente em economias de países em desenvolvimento. Por sua vez, a visão predominante acerca do fenômeno inflacionário é baseada quase sempre na interpretação da teoria quantitativa da moeda ou uma de suas variantes, muitas vezes desconsiderando-se interpretações alternativas sobre o assunto. De posse disso, o presente artigo se propõe a apresentar o conceito de inflação e seus determinantes sobre uma perspectiva da macroeconomia Pós-Keynesiana, pois considera que tal ponto de vista ajuda a enriquecer o debate sobre o movimento inflacionário principalmente porque apresenta uma alternativa à visão predominante da moeda exógena presente na teoria quantitativa da moeda.

Palavras-chave: *Inflação; Pós-Keynesianismo; Conflito Distributivo.*

1. Introdução

O tema inflação é um assunto recorrente nos estudos econômicos atuais e tem sido alvo de grandes discussões e debates na área econômica. Apesar disso, regimes com predominância de um movimento ascendente de preços é algo recente nas economias, é um fato observado após o período do pós-guerra e que se reproduz até os tempos atuais. Mesmo assim, as economias de mercado atuais possuem claras fundações na premissa de que a estabilidade de preços é algo não só desejável, mas característico de uma economia capitalista (CARVALHO, 1992, pag. 189). Com base na convenção da estabilidade de preços e visto que o movimento característico dos preços hoje é de ascendência, é importante a indagação acerca da natureza do fenômeno da inflação e quais seus condicionantes.

Esse trabalho se propõe a discutir o conceito de inflação e suas causas sobre a perspectiva da Macroeconomia Pós-keynesiana, se amparando em trabalhos acadêmicos considerados *milestones* acerca do assunto.

2. Discussão

2.1 Os conflitos distributivos: um fio condutor

Após os eventos da Segunda Guerra Mundial, diversas interpretações sobre o processo inflacionário que veio a se desenvolver na quase totalidade das economias nacionais surgiram. Dentre grande parte das abordagens teóricas, a ideia de um Estado, tipicamente Keynesiano, responsável pelo atingimento e manutenção do pleno emprego em um nível de atividade econômica satisfatória e com poucas flutuações é plano de fundo para a explicação da inflação. Numa abordagem tipicamente ortodoxa, como, por exemplo, a monetarista de Milton Friedman, a qual a oferta de moeda é tida como exógena, a inflação é tratada como um fenômeno puramente monetário e, portanto oriundo de um excesso de dinheiro em circulação, causado pelo esforço estatal de manutenção do nível de emprego e atividade econômica acima de seu nível “natural”, específico do equilíbrio econômico das abordagens *mainstream* (DAVIDSON, 2011, pag. 172).

Do ponto de vista pós-keynesiano, um fio condutor das interpretações acerca do processo inflacionário é a ótica do conflito distributivo de renda entre duas instâncias: os

trabalhadores e os capitalistas (os empregadores). Para isso, é entendido que o nível geral de preços na economia é relacionado com o nível geral de preços dos fatores de produção e, portanto, os custos de produção.

Além disso, a principal influência sobre os custos de produção é resumida aos custos dos salários e a margem de lucro (*mark-up*) defendida pelas empresas em mercados tipicamente oligopolizados. Dessa forma, sob a perspectiva pós-keynesiana, a inflação é invariavelmente tida como um movimento de preços oriundos da disputa entre trabalhadores e capitalistas acerca da renda produzida, sendo os trabalhadores defensores de uma política de valorização dos salários e os capitalistas numa tentativa de aumentar seus *mark-ups* por meio de uma elevação dos bens produzidos. Assim, inflação é um sintoma de conflitos entre distintos grupos da sociedade sobre suas desejadas participações na renda total (SARANTIS, 1994, pag. 208).

Ainda, uma diferença fundamental para com a abordagem clássica é a de endogeneidade da moeda na perspectiva pós-keynesiana. Ao se considerar a *inflação por conflito* um movimento causador da busca de diferentes grupos por maior participação na renda gerada, causando assim pressões por maiores ganhos nominais, como por exemplo, aumento dos salários ou aumento do *mark-up*, sobre um produto agregado real, há uma competição inconciliável entre as demandas nominais dos agentes (trabalhadores e capitalistas) e a disposição real do produto. Esse conflito, não só entre as participações de cada grupo na renda agregada, mas também das demandas nominais frente à um produto agregado real é potencializada pela facilidade de criação de crédito, dada a endogeneidade da moeda. Importante notar que, sob a perspectiva *mainstream*, uma maior oferta de moeda, exógena, determinada pelo Banco Central, é o fator necessário para um movimento inflacionário generalizado. Diante disso então, a inflação tem um caráter *demand-pull*. Já referente à abordagem tipicamente pós-keynesiana, é uma pressão sobre os custos de produção que geraria uma demanda sobre criação de crédito, sendo característico, portanto de um caráter de *cost-push* inflacionário (SMITHIN, 2003, pag. 189). Apesar disso, não se pode delimitar a inflação como apenas determinada pelos aspectos de custos, segundo pós-keynesianos. Ainda que a diversidade de causas seja o imperativo dominante na heterodoxia para o processo de elevação geral do nível de preços, sua dinâmica é muito relacionada ao movimento dos custos de produção, mas isso não significa que, por exemplo, em condições de pleno emprego (Com grande parte da capacidade instalada sendo utilizada), inflação de demanda possa ser evidenciada, já que a expansão da capacidade produtiva estaria sujeita ao *lag* temporal entre a decisão do investimento e a realização do mesmo, a ampliação da capacidade produtiva. Isto é,

o modelo pós-keynesiano permite o que Keynes chamou de “inflação verdadeira”, a inflação causada por aumentos sucessivos na demanda em situação de pleno emprego (SMIHIN, 2003, pag. 190).

2.2 A dinâmica das pressões salariais e do *mark-up* como componentes inflacionários

Se apropriando da abordagem de *inflação por conflito*, há duas importantes modelagens acerca dos aspectos inflacionários que os componentes salários e *mark-up* podem assumir. A primeira delas é formulada por Rowthorn (1997) com a premissa de que as empresas possuem uma margem de lucro alvo (π^*) (*mark-up*) e que formulam políticas de preços buscando alcançá-la e/ou defendê-la. Por parte dos trabalhadores, há uma negociação conjunta frente a uma desejada média salarial, levando-se em conta uma inflação futura estipulada (P^a). Assim, em consonância com a formulação base de *inflação por conflito*, os trabalhadores teriam no final do processo um componente salarial W^n e os capitalistas um *mark-up* π^n . Assim, a taxa de inflação resultante desse processo seria definida pela equação:

$$P = \gamma (\pi^* - \pi^n) + P^a \quad (1)$$

Sendo P e P^a duas expressões que indicam taxas de variação de preços.

Assim, de acordo com a expressão de Rowthorn, a diferença representada por $(\pi^* - \pi^n)$, que simboliza a diferença entre o *mark-up* alvo (π^*) e o fruto da negociação (o *mark-up* “real” π^n), é um indicativo de como se portará a taxa de inflação. Assim, essa diferença é determinada pelo poder de negociação dos trabalhadores e capitalistas, assim como pelas suas vontades e predisposições em fazer uso deles (SARANTIS, 1994, pag. 208). Uma conclusão possível dessa formulação é de que, com uma maior taxa de desemprego e os trabalhadores em posição desconfortável para negociação de salários, a pressão sobre o *gap* de *mark-up* atual e desejado ($\pi^* - \pi^n$) das empresas tende a diminuir, pois essas se apropriam das vantagens na negociação salarial com os trabalhadores e então a taxa de inflação tende a se manter tolerada. Assim, a demanda efetiva é, nesse modelo, um regulador do conflito inflacionário, pois atua diretamente na condição de negociação dos

trabalhadores e capitalistas acerca de suas fatias de rendimento sobre o produto total gerado, favorecendo um ou outro grupo.

A segunda modelagem pós-keynesiana sobre o impacto dos salários e *mark-ups* sobre o nível geral de preços é formulados pelos autores Sawyer(1982) e Taylor(1987). Se valendo do ferramental kaleckiano para determinação de *mark-ups*, esses autores elaboram um modelo específico, a qual, num contexto de concorrência oligopolista, as taxas de *mark-up* das empresas permanecem constantes no curto prazo, sendo determinada pelo grau de monopólio da empresa. Assim, quando tanto o *mark-up* quanto os custos médios de produção permanecerem constantes no tempo as variações na demanda são poucos influente sobre o taxa de variação dos preços, reafirmando o conceito de inflação como tipicamente *cost-push* defendida por Smithin (SMITHIN, 2003, pag. 189), nessa abordagem pós-keynesiana, mas não puramente determinada pelos custos dos fatores de produção. O aspecto central do conflito distributivo relacionado à inflação causada pela pressão salarial na abordagem de Sawyer e Taylor é a de que os trabalhadores em geral possuem uma ideia bem firmada sobre uma meta salarial a ser perseguida para disputa em suas negociações com os empregadores, independentemente de sindicatos e organizações trabalhistas. Essa meta salarial seria estipulada com base em (a) melhorias gerais no padrão de qualidade de vida dos trabalhadores, (b) manutenção do salário real e (c) recuperação salarial e equiparação aos grupos de trabalhadores relacionados à suas ocupações (SARANTIS, 1994). Importante notar que, para a definição do referido “salário alvo”, também é levada em consideração a influencia da demanda efetiva sobre as negociações, sendo que tempos de elevada taxa de desemprego simbolizariam desvantagens na negociação de salários por parte dos trabalhadores, sendo o inverso também verdadeiro. Apesar disso, essa vertente é tida como uma das condições para definição do salário alvo por parte dos trabalhadores, e não como principal recurso de balizamento entre as negociações com os capitalistas como é evidenciado no modelo proposto por Rowthorn. A principal dificuldade, porém, na abordagem de Sawyer e Taylor é na definição do “salário alvo”, pois se trata de um conceito que pode assimilar diversas formas de interpretação, como, por exemplo, a marxista de uma cesta de bens necessária para a mera reprodução da força de trabalho ou a de um salário médio desejado para satisfazer aspirações populares sobre prosperidade e qualidade de vida de uma determinada coletividade.

2.3 TIP: *Tax-based incomes policy*.

A base do tratamento teórico sobre inflação na perspectiva pós-keynesiana se ampara na ideia fundamental de que a variação no nível geral dos preços é ocasionada por um conflito distributivo da renda disponível. Afirmar-se que a *inflação por conflito* é relacionado ao movimento dos custos dos fatores de produção porque os principais custos citados podem ser resumidos em a) salários e na defesa de b) *mark-ups* das empresas, que são exatamente os interesses dos a) trabalhadores e dos b) capitalistas em defesa de suas rendas sobre o produto geral, tornando claro o conflito distributivo sobre a lógica dos custos de produção.

Com isso, Sidney Weintraub simplifica a análise acerca da inflação com a seguinte equação algébrica (DAVIDSON, 2011, pag. 174):

$$P = k \left(\frac{w}{A} \right) \quad (2)$$

Weintraub conclui que o nível geral de preços é associado com a produtividade média do trabalho (A), com o custo de produção unitário do trabalho ($\frac{w}{A}$) e com o *mark-up* (k). Assim, um incremento no *mark-up* das empresas, ou uma elevação dos salários acima da produtividade média do trabalho traria a pressão inflacionária sob o nível geral de preços. Uma consequência dessa formulação teórica também seria a de que, para eliminar a inflação, deve-se controlar os aumentos no *mark-up* das empresas limitar os acréscimos salariais assim da elevação na produtividade média do trabalho. Essa conclusão acerca da natureza inflacionária e suas relações com os custos de produção deram origem a um tipo de política anti-inflacionária proposta por Weintraub em 1970, a *TIP (Tax-based incomes policy)*, sendo que o pressuposto básico seria de que o acréscimo salarial acima da produtividade média do trabalho provocaria danos à economia que prejudicaria a grande maioria da sociedade (DAVIDSON, 2011, pag. 175). Dessa forma, um artifício fiscal seria operado por conta do Estado com o objetivo de penalizar tributariamente empresas que praticassem políticas salariais acima da norma não inflacionária construída com base no avanço médio da produtividade do trabalho.

Uma comparação pode ser feita com a política de cunho monetarista de “recessões programadas”. Com a restrição da oferta de moeda para se provocar uma retração geral da atividade econômica a fim de se conter a inflação visando à estabilidade de preços, a

proposta monetarista atinge todas as empresas em sua política econômica. Já a proposta pós-keynesiana da *TIP*, ao se propor penalizar tributariamente as empresas de política de incrementos salariais acima da produtividade média do trabalho, visa uma medida de punição unilateral e que evita variações bruscas na atividade econômica, justamente para se atingir o objetivo da política de manutenção do pleno emprego, mas objetivando-se certa estabilidade nos preços. A visão defendida pela *TIP* proposta por Weintraub depende de uma consciência geral de que esse tipo de política relaciona *punição via impostos a comportamentos que são maléficos ao bem estar geral*, no caso a criação de um processo inflacionário que prejudicaria a economia como um todo. Em outras palavras, a existência de uma regra que balizaria os ganhos salariais seria o preço que a sociedade teria de pagar para se conquistar uma estabilidade no crescimento econômico e a manutenção do pleno emprego, pondo fim às “recessões programadas”.

Importante notar de que um contrato social em torno da firmação de regras específicas à *TIP*, de cunho pós-keynesiano, significa dizer que de certa forma criam-se convenções, instituições para a proteção dos agentes econômicos (capitalistas ou trabalhadores) contra a incerteza fundamental que circunda todas as ações econômicas. Essa busca de “garantias” futuras tem consonância com as ações de minimização da incerteza, manutenção do pleno emprego e estabilidade no nível de atividade econômica, proposta via política de estabilização de preços através da *TIP*, uma vez que o próprio desconhecimento acerca da trajetória do nível de preços futuros (inflação ou deflação) é fonte de incerteza para a atividade econômica.

2.4 A incerteza e contratos sobre contexto de inflação

A inflação contribui para a incerteza da economia. É porque a variação do nível geral dos preços torna mais difícil o cálculo probabilístico acerca das hipóteses futuras que a inflação cria dificuldades maiores na formulação de hipóteses e torna nebulosa a criação de expectativas acerca do futuro, mesmo que essas rigorosamente não estejam ao alcance das probabilidades. Causa ainda maior dano às atividades de longo horizonte temporal, como investimentos de longo prazo e financiamentos em capital. Esses podem até desaparecer, substituídos por compromissos de menores prazos e flexíveis, moldáveis às instancias da alta inflação (CARVALHO, 1992, pag. 191).

Regimes de alta inflação são caracterizados por Carvalho(1992) como situações em que a inflação é alta demais para permitir trocas econômicas em dinheiro corrente (sem proteção contratual contra perda de valor futuro do dinheiro) mas baixa demais para ter poder de desintegração da economia, forçando o surgimento de novas instituições e convenções, como acontece no regime de hiperinflação. Em regimes de alta inflação, é comum que agentes econômicos se protejam contra a inflação futura por meio de contratos, esses baseados em indexadores, índices que permitem o equacionamento de valor futuro para os contratos. Esses contratos via indexação permitem os agentes se protegerem da incerteza originária no contexto da alta inflação sobre o valor futuro do dinheiro, e é peça chave fundamental na estabilidade desse regime. Apesar disso, há uma estabilidade característica do regime de alta inflação: os preços dos fatores de produção não são passíveis de indexação (CARVALHO, 1992, pag. 192). Isso é totalmente plausível sob a interpretação do movimento inflacionário sob a égide pós-keynesiana da *inflação por conflito*, uma vez que a formação de preços é oriunda do conflito entre trabalhadores e capitalistas. Assim, em ocasiões onde a inflação relacionada aos custos de produção se fizer maior que a inflação tipicamente “protegida” por indexadores, o sistema tende a ruir e avança ao regime de hiperinflação. Por sua vez, esse regime é característico de uma incapacidade das instituições de se manterem ou serem reformadas, exatamente por não terem a capacidade de garantir o valor futuro da moeda, ou seja, não se firma uma convenção coletiva e a incerteza toma conta da vida econômica e das tomadas de decisão. As convenções e as instituições tem grande relação com a dinâmica da inflação.

The trust in the legal tender as a stable representation of purchasing power depended, naturally, less on psychological characteristics of people (although this factor should not be neglected) than on institutional factors and practices that served to anchor the formation of prices.
(CARVALHO, 1992, pag. 187)

3. Conclusão

A partir de uma abordagem que toma como pressuposto a endogeneidade da moeda e de que, portanto, qualquer fator que tende a aumentar os custos de produção tem o potencial de aumentar os níveis gerais de preços, já que as empresas/capitalistas podem ter acesso a financiamento recém-criado para sanar esses custos incrementais (SMITHIN, 2003, pag. 186). É com base nesse movimento inflacionário que se instala um conflito pela distribuição da renda, tendo os capitalistas como instrumento de “negociação” o controle do *mark-up* e os trabalhadores o nível médio de salário (SARANTIS, 1994, pag. 208). Assim, na ausência de uma coordenação do conflito de interesses entre trabalhadores e capitalistas, emana-se um pacto “inflacionário”, em que pressões capitalistas e dos trabalhadores se traduzem em aumento geral do nível de preços (CARVALHO, 1992, pag. 189). É então com base em instituições e convenções que tornem possível o equacionamento de um nível de preços com certa estabilidade em concordância com uma política de pleno emprego e de estabilidade na atividade econômica que a abordagem pós-keynesiana sugere o uso de instituições e políticas *TIP* (*tax-based incomes policy*) para o alcance de um bem estar geral.

A abordagem pós-keynesiana interpreta que a inflação não é um problema meramente econômico ou monocausal, mas sim que possui faceta social e institucional. Por isso, acordos e convenções acerca de um crescimento da renda e do produto de forma planejada, assim como medidas para sua distribuição de forma mais equitativa são essenciais para a resolução do problema distributivo relacionado à inflação.

4. Referências Bibliográficas

SARANTIS, N. “Inflation”. In: Arestis, P. & M. Sawyer (1994) (eds.) **The Elgar Companion to Radical Political Economy**, Aldershot, E. Elgar, 1994.

CARVALHO, F. **Mr. Keynes and the Post Keynesians**. Aldershot, E. Elgar, 1992.

DAVIDSON, P. **Post Keynesian Macroeconomic Theory**, Second Edition. Cheltenham, E. Elgar, 2011

SMITHIN, J. “Inflation”. In: King, J. (org.) **The Elgar Companion to Post Keynesian Economics**. Cheltenham, E. Elgar, 2003.